

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. O patrimônio líquido atingiu R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, crescimento de 16,3% em relação ao ano anterior. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 4,1 milhões. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais agradece ao seu acionista e aos seus funcionários pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.  
(Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>18.558</b>	<b>17.415</b>	<b>Circulante</b>	<b>12.688</b>	<b>12.392</b>
Disponível	1.959	407	Contas a Pagar	484	248
Caixa e Bancos	1.959	407	Obrigações a Pagar	426	237
<b>Aplicações</b>	<b>Nota 5 16.270</b>	<b>16.757</b>	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	4	4
Outros Créditos Operacionais	74	143	Impostos e Contribuições	54	7
Títulos e Créditos a Receber	255	108	<b>Débitos de Operações com Seguros</b>	<b>61</b>	<b>50</b>
Títulos e Créditos a Receber	245	103	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>Nota 8 12.143</b>	<b>12.094</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6 10	5	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>Nota 8 12.143</b>	<b>12.094</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.997</b>	<b>2.581</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>2.523</b>	<b>2.150</b>
Realizável a Longo Prazo	2.873	2.494	Contas a Pagar	2.523	2.150
Títulos e Créditos a Receber	2.873	2.494	Obrigações Fiscais	10.2	2.523
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6 223	222	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota 11 6.344</b>	<b>5.454</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 10.3 2.650	2.272	Capital Social	4.699	4.699
<b>Investimentos</b>	<b>Nota 7 62</b>	<b>36</b>	Reservas de Capital	16	16
Participações Societárias	62	36	Reservas de Lucros	1.629	739
<b>Imobilizado</b>	<b>33</b>	<b>27</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>21.555</b>	<b>19.996</b>
Intangível	29	24			
<b>Total do Ativo</b>	<b>21.555</b>	<b>19.996</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016.  
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>405</b>	<b>4.088</b>	<b>-</b>	<b>9.208</b>
Dividendos pagos declarados AGO de 31/03/2016	-	-	-	-	(4.088)	-	(4.088)
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	438	438
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	22	-	(22)	-
<b>Constituição de Reserva Estatutária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>312</b>	<b>(312)</b>	<b>-</b>
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	-	(104)	(104)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>427</b>	<b>312</b>	<b>-</b>	<b>5.454</b>
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.167	1.167
<b>Constituição de Reserva Legal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>
<b>Constituição de Reserva Estatutária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>832</b>	<b>(832)</b>	<b>-</b>
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(277)	(277)
<b>Saldos de 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.699</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>485</b>	<b>1.144</b>	<b>-</b>	<b>6.344</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.  
(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, autorizada a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2017 e 2016. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapart Participações Ltda.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** **2.1 Base de Preparação:** As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e alterações posteriores, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018. **2.2 Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surja é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: **✓** Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c); **✓** Provisões Técnicas (notas 3.5 e 8); **✓** Aplicações Financeiras (nota 5); **✓** Créditos Tributários e Previdenciários (nota 6) e **✓** Provisões Judiciais (notas 3.6 e 10.1).

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações: **3.1 Instrumentos Financeiros:** **a) Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. **b) Instrumentos Financeiros não derivativos: Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e (II) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** (I) Ativos Financeiros – Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. (II) Ativos não Financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2 Investimentos:** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") é contabilizada ao custo de aquisição. As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial" (nota 7). **3.3 Imobilizado:** Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor

contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. **3.4 Intangível:** Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. **3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder na proporção do percentual de participação da Companhia. Competem à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do exercício e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais (nota 10). **3.7 Impostos e Contribuições:** **3.7.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. **3.7.2 Impostos Diferidos:** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos e débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **3.8 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 – Contratos de Seguro". **3.9 Novas Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **3.9.1 IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, ficando sua recepção a cargo do regulador. A SUSEP determinou a adoção da isenção temporária a aplicação do CPC 48 para todo o mercado supervisionado. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de Janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedged accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações ainda estão em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP, espera-se que não tenha impactado significativamente nas Demonstrações da Companhia no período de adoção inicial. **3.9.2 IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as Demonstrações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. **3.9.3 IFRS 17 – Contratos de Seguros:** O pronunciamento IFRS 17 – Contratos de Seguros, a nova Norma de Relato Financeiro Internacional, com data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2021, que substituirá a IFRS 4 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando mais informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras. Exigindo que todos os contratos de seguro sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando tanto os investidores como as companhias

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016.  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2017	2016
Prêmios Emitidos	4.355	6.810
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(20)	(48)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>4.335</b>	<b>6.762</b>
Receita com Emissão de Apólices	386	403
Sinistros Ocorridos	Nota 15 (3.664)	(5.796)
Custos de Aquisição	Nota 15 (51)	(95)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 15 777	(212)
<b>Resultado Com Operações de Seguros</b>	<b>1.783</b>	<b>1.062</b>
<b>Resultado Com Operações de Previdência</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
Despesas Administrativas	Nota 15 (570)	(560)
Despesas com Tributos	Nota 15 (436)	(565)
Resultado Financeiro	Nota 15 544	948
Resultado Patrimonial	Nota 7 457	1
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.778</b>	<b>889</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	26	(1)
<b>Resultado Antes de Impostos e Participações</b>	<b>1.804</b>	<b>888</b>
Imposto de Renda	Nota 16 (303)	(199)
Contribuição Social	Nota 16 (334)	(251)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.167</b>	<b>438</b>
<b>Resultado Abrangente Do Exercício</b>	<b>1.167</b>	<b>438</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>3.316.721</b>	<b>3.316.721</b>
<b>Lucro Líquido por Ação - R\$</b>	<b>0,35</b>	<b>0,13</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016.  
(Em milhares de reais)

	2017	2016
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido no exercício</b>	<b>1.167</b>	<b>438</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	6	10
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(26)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(457)	(1)
Outros Ajustes	-	65
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	488	344
Créditos fiscais e previdenciários	(6)	(2)
Depósitos judiciais e fiscais	(379)	(401)
Despesas antecipadas	-	4
Outros ativos	(73)	(117)
Impostos e contribuições	572	321
Outras contas a pagar	389	426
Débitos de operações com seguros e resseguros	11	10
Provisões técnicas - seguros e resseguros	49	3.669
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>	<b>1.741</b>	<b>4.766</b>
Impostos sobre o lucro pago	(525)	(386)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.216</b>	<b>4.380</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(34)	-
Imobilizado e Intangível	(17)	(10)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	491	-
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento</b>	<b>440</b>	<b>(10)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(104)	(4.088)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(104)</b>	<b>(4.088)</b>
<b>Aumento Líquido de caixa no exercício</b>	<b>1.552</b>	<b>282</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>407</b>	<b>125</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.959</b>	<b>407</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de seguros. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e não o custo histórico. **3.9.4 Resolução CNSP nº 360/17 – Risco de Crédito:** Essa resolução de 20 de dezembro de 2017 traz mudanças nas exposições em relação às congêneres e investimentos, inclusive, estabelece novos fatores multiplicadores a serem adotados na parcela 2 de Risco de Crédito. As mudanças instituídas serão implementadas gradualmente e consequentemente reduzirão a necessidade de capital. Os novos fatores multiplicadores são: a) 8,625% de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e b) 8% a partir de 1º de janeiro de 2019.

**4. GESTÃO DE RISCO:** Foram desenvolvidas ações para implementar a Política de Gestão de Risco, a formalização do Apetite a Riscos e incrementar a qualidade na Governança relacionada à Gestão e Riscos. Também foi criado o Comitê de Riscos cujo objetivo principal consiste na avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos bem como o assessoramento à Diretoria e ao Conselho de Administração. A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamadas de donos dos riscos – ou risk owners, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa. A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado e é realizado de forma centralizada, dentro da estrutura da Icatu Seguros. **4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos:** Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Companhia nomeou um de seus funcionários como Gestor de Riscos com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** O principal ponto de alinhamento entre o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo "Internal Control – Integrated Framework (2013)", emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO"). **4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros: 4.3.1.1 Risco de Crédito** - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 2.460 (R\$ 2.235 em 31/12/2016). O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2, conforme definido na nota 5.1, com exceção das quotas de fundos de investimentos não exclusivos, foram resgatados em sua totalidade (R\$ 46 em 31/12/2016 no rating AAA) e estavam alocados na data-base no rating AA- de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três. **4.3.1.2 Risco de Mercado** - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	31/12/2017		31/12/2016			
Fatores de Riscos (Em Reais)	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	0,25	0,17	16.248	0,02	0,28	16.752
IPCA	0,02	0,05	22	0,01	0,05	5
Total	<b>0,27</b>	<b>0,15</b>	<b>16.270</b>	<b>0,30</b>	<b>0,25</b>	<b>16.757</b>

**4.3.1.3 Risco de Liquidez:** No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis

continua

**Icatu** SEGUROS

# VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br  
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ  
Tel: (21) 3824-3900

aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros. As tabelas a seguir apresentam os principais

ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

**10.3 Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Até 3 Meses ou Sem		Até 3 Meses ou Sem		Até 3 Meses ou Sem		Acima de 3 Anos	
	Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Total	Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>18.738</b>	<b>232</b>	<b>2.228</b>	<b>21.198</b>	<b>17.303</b>	<b>46</b>	<b>211</b>	<b>19.584</b>
Caixa e Bancos	1.959	-	-	1.959	407	-	-	407
Aplicações	13.810	232	2.228	16.270	14.476	46	211	16.757
Créditos das Operações	74	-	-	74	143	-	-	143
Titulos e Créditos a Receber	2.895	-	-	2.895	2.277	-	-	2.277
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>15.153</b>	-	-	<b>15.153</b>	<b>14.438</b>	-	-	<b>14.438</b>
Contas a Pagar	2.949	-	-	2.949	2.294	-	-	2.294
Provisões Técnicas	12.143	-	-	12.143	12.094	-	-	12.094
Débitos das Operações	61	-	-	61	50	-	-	50

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. **4.3.2 Risco Operacional** - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação caso necessário. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia conforme diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não

cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.3.3 Risco de Subscrição** - A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nos últimos exercícios, a Companhia atuou apenas no seguro DPVAT, que é de contratação obrigatória por parte dos segurados e cujo risco é avaliado exclusivamente pela Seguradora Líder.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1 Composição das Aplicações Financeiras e classificação em níveis de hierarquia de valor justo:** Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade
<b>Nível 1</b>						
Letras Financeiras do Tesouro	2.460	15,12%	SELIC	2.235	13,34%	SELIC
<b>Nível 2</b>						
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	13.810	84,88%		14.476	86,39%	
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	-		46	0,27%	90% CDI
<b>Categoria 1 - Valor justo por meio de resultado</b>	<b>16.270</b>	<b>100,00%</b>		<b>16.757</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Total no Circulante</b>	<b>16.270</b>	<b>100,00%</b>		<b>16.757</b>	<b>100,00%</b>	

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

## 5.2. Movimentação das Aplicações por Categoria:

Valor Justo por meio do Resultado	2015	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	2016	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	2017
	17.102	4.915	(7.481)	2.221	16.757	1.344	(3.458)	1.627	16.270

**6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS:** A rubrica "Créditos Tributários" no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 10 (R\$ 5 em 31/12/2016). Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a composição das adições/exclusões temporárias:

## 7. INVESTIMENTOS: Os investimentos são compostos da seguinte forma:

	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício						Investimento				Resultado Patrimonial			
	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	(Prejuízo) do Exercício	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Investimentos</b>														
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	12	1,00%	301	12.115	45.598	3	-	457	1				
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	1.123	0,01%	80.245	44.696	65	3	2	-	-				
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	29.743	-	0,19%	15.000	30.549	2.023	56	34	-	-				
<b>Total de Investimentos</b>							<b>62</b>	<b>36</b>	<b>457</b>	<b>1</b>				

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Movimentação Investimentos	31/12/2015	31/12/2016	Adições	Dividendos JCP	Equivalência Patrimonial	31/12/2017
	Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	-	33	(486)	457
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	2	2	1	-	-	3
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	34	34	-	(5)	26	55
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>(491)</b>	<b>483</b>	<b>62</b>

**8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS:** As provisões estão classificadas no passivo circulante, registradas nos ramos de pessoas (DPVAT) e são compostas das seguintes formas:

SEGUROS	31/12/2015	Juros	Constituição	Reversão	31/12/2016	Juros	Constituição	Reversão	31/12/2017
	Sinistros a liquidar administrativo	588	67	38	(239)	454	37	4	(216)
Sinistros a liquidar judicial	2.421	406	772	(1.624)	1.975	192	214	(1.073)	1.308
	<b>3.009</b>	<b>473</b>	<b>810</b>	<b>(1.863)</b>	<b>2.429</b>	<b>229</b>	<b>218</b>	<b>(1.289)</b>	<b>1.587</b>
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	5.352	971	3.409	(160)	9.572	982	1.917	(1.983)	10.488
Provisão para Despesas Relacionadas	62	12	46	(27)	93	8	60	(93)	68
<b>Total</b>	<b>8.423</b>	<b>1.456</b>	<b>4.265</b>	<b>(2.050)</b>	<b>12.094</b>	<b>1.219</b>	<b>2.195</b>	<b>(3.365)</b>	<b>12.143</b>

## 9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2017	31/12/2016
	<b>Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>	<b>12.143</b>
Letras Financeiras do Tesouro	2.460	2.235
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	-	46
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	13.810	14.476
<b>Total de Aplicações</b>	<b>16.270</b>	<b>16.757</b>
<b>Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>	<b>4.127</b>	<b>4.663</b>

**10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: 10.1 Provisões Judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis. Em causas fiscais, existem 4 processos com probabilidade possível,

cujo valor estimado do risco é de R\$ 2.522 (R\$ 2.355 em 31/12/2016). Em causas cíveis, existem 6 processos, sendo 5 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 245 (R\$ 227 em 31/12/2016) e 1 processo com probabilidade remota sem valor estimado do risco.

**10.2 Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais:** São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial e são compostas como segue:

	31/12/2015		Atualização		31/12/2016		Atualização		31/12/2017	
	Adições	Atuais	Adições	Atuais	Adições	Atuais	Adições	Atuais		
Contribuição Social	672	101	70	843	150	62	1.055			
COFINS	831	91	81	1.003	66	65	1.134			
PIS	265	15	24	304	10	20	334			
<b>Total</b>	<b>1.768</b>	<b>207</b>	<b>175</b>	<b>2.150</b>	<b>226</b>	<b>147</b>	<b>2.523</b>			

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2016
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 1.079	R\$ 879	R\$ 1.054	R\$ 843
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.403, sendo R\$ 1.201 PIS	R\$ 1.234, sendo R\$ 1.056 PIS	R\$ 1.319, sendo R\$ 1.134 PIS	R\$ 1.167, sendo R\$ 1.003 PIS
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 168	R\$ 159	R\$ 149	R\$ 140

	Saldos em 31/12/2015		Atualização em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2016		Atualização em 31/12/2017	
	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária	Adições	Mone-tária
Contribuição social	704	102	73	879	128	72	1.079	
COFINS	879	84	93	1.056	61	84	1.201	
PIS	288	22	27	337	9	24	370	
<b>Ativos Fiscais</b>	<b>1.871</b>	<b>208</b>	<b>193</b>	<b>2.272</b>	<b>198</b>	<b>180</b>	<b>2.650</b>	

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 11.1 Capital Social:** O capital subscrito e integralizado de R\$ 4.699 (R\$ 4.699 em 31/12/2016) é representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias. **11.2 Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 1.629 (R\$ 739 em 31/12/2016) são compostas por: Reserva legal de R\$ 485 (R\$ 427 em 31/12/2016) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 1.144 (R\$ 312 em 31/12/2016) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO:** Calculado conforme a Resolução CNSP nº 343/16 e alterações posteriores:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>6.344</b>	<b>5.454</b>
<b>Ajuste Contábeis</b>	<b>(91)</b>	<b>(60)</b>
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(62)	(36)
Ativos Intangíveis	(29)	(24)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>6.253</b>	<b>5.394</b>
<b>Capital Base (CB)</b>	<b>4.000</b>	<b>4.000</b>
Capital de Risco de Crédito	177	182
Capital de Risco de Mercado	73	12
Capital de Risco - Redução por correlação	(42)	(9)
Capital de Risco - Operacional	50	50
<b>Capital de Risco (CR)</b>	<b>258</b>	<b>235</b>
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))</b>	<b>4.000</b>	<b>4.000</b>
<b>Suficiência</b>	<b>2.253</b>	<b>1.394</b>
<b>Razão PLA/CMR</b>	<b>1,56</b>	<b>1,37</b>

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

**13. PARTES RELACIONADAS:** As principais transações com partes relacionadas são como segue:

Partes Relacionadas (em R\$ milhares)	2017	2016
<b>Ativo</b>		
<b>Dividendos a Receber</b>	<b>118</b>	<b>-</b>
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [c]	118	-
<b>Contas a Receber</b>	<b>191</b>	<b>245</b>
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	74	143
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	92	89
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	6	3
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	9	8
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	8	2
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a]	2	-
<b>Passivo</b>		
<b>Contas a Pagar</b>	<b>(339)</b>	<b>(50)</b>
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a][c]	(277)	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	(62)	(50)
<b>Total (Ativo - Passivos)</b>	<b>(30)</b>	<b>195</b>
<b>Receitas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Recuperação de Despesas</b>	<b>727</b>	<b>230</b>
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	520	197
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Coligada) [a]	56	10
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	84	18
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a]	12	-
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a]	55	5
<b>Despesas</b>		
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>(17)</b>
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a]	-	(17)
<b>Total (Receitas - Despesas)</b>	<b>727</b>	<b>213</b>

a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; b) O saldo referente a seguradora Líder originada da participação da companhia no consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo um "Contas a Receber/Pagar"; c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas e controladas.

## 14. SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Ramo	31/12/2017			31/12/2016		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
DPVAT	4.335	84,5%	1,2%	6.762	85,7%	1,4%

## DIRETORIA

**Diretor Presidente:** Luciano Snel Corrêa  
**Diretores:** Mário José Gonzaga Petrelli -  
 Alexandre Petrone Vilardi - Cesar Luiz Salazar Saut

**Contador:** Marcos Celio Santos Nogueira  
 CRC-RJ nº 089.351/O-8  
**Atuário:** Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; José Claudio Costa - Contador CRC 1SP167720/O-1.